



Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região - DF  
SRTVN, Quadra 702, Conjunto P Edifício Rádio Center  
3º andar, Bloco B Salas 3139 / 3140 / 3142  
Asa Norte Brasília / DF - CEP.: 70.719-900  
Tel. 61) 3328-5509 - (61) 3328-1423  
E-mail: [cress8@cressdf.org.br](mailto:cress8@cressdf.org.br)

## **PORTARIA Nº. 51, DE 02 DE OUTUBRO DE 2024**

**Dispõe sobre a dispensa de Estudo Técnico Preliminar, Parecer Jurídico e procedimento de dispensa eletrônica no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região.**

**O Plenário do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 8ª Região — Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, previstas e asseguradas pelas Resoluções deste Regional e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS);**

**CONSIDERANDO** a garantia e preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de do alcance da eficiência e continuidade do serviço público de forma mais simplificada e célere, sem ofender as formalidade e legalidades necessárias para os procedimentos de contratação pública;

**CONSIDERANDO** o disposto no §5º do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, que permite a dispensa de análise jurídica em situações definidas pela autoridade jurídica máxima, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso I do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, que não exige Estudo Técnico Preliminar para contratações diretas;

**CONSIDERANDO** o disposto no §3º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, que prioriza a dispensa eletrônica, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 67/2021;

**CONSIDERANDO** o disposto no §2º do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, que define valores para pequenas compras ou serviços de pronto pagamento;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa SEGES nº 58/2022;

**CONSIDERANDO** a disposição na Lei nº 13.726/2018, que visa a racionalização de atos e procedimentos administrativos;

**CONSIDERANDO** a disposição da Orientação Normativa AGU nº 69, de 13 de setembro de 2021, que trata da dispensa de manifestação jurídica em contratações diretas de pequeno valor;

**RESOLVEM:**

**Art. 1º** - As contratações de aquisições de bens e serviços em que o valor estimado não ultrapasse 20% do limite fixado, no art. 75, caput, II, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, dentro do mesmo exercício financeiro, adotará o procedimento estabelecido nesta Resolução.

**Parágrafo único.** As contratações regulamentadas nesta resolução são denominadas de pequeno valor.

**Art. 2º** - Nos casos de contratações/aquisições de pequeno valor, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP previsto no artigo 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 será dispensável, necessária a apresentação de um ETP simplificado, conforme § 1º do artigo 9º a mesma IN, o qual deve abordar:

- I. Descrição da necessidade da contratação;
- II. Estimativa das quantidades;
- III. Estimativa do preço;
- IV. Justificativa do parcelamento do objeto;
- V. Posicionamento conclusivo sobre o estudo.

**Art. 3º** - A análise e parecer da Procuradoria Jurídica do CRESS/DF serão dispensáveis nas contratações/aquisições de pequeno valor, desde que sejam apresentados os documentos padronizados pelo Setor de Contratos e Licitações, sendo eles:

- I. Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- II. ETP simplificado;
- III. Demonstração de compatibilidade orçamentária (nota de disponibilidade);
- IV. Termo de Referência;
- V. Comprovação de habilitação e qualificação do contratado;
- VI. Justificativa da escolha do contratado;
- VII. Justificativa de preço;
- VIII. Autorização da autoridade competente

**Art. 4º** - A realização do procedimento de dispensa eletrônica poderá ser afastada nas contratações de pequeno valor nas seguintes situações:

- I. Necessidade imediata justificada pela área demandante;
- II. Quando a utilização de fornecedores locais assegura agilidade e economicidade, promovendo o desenvolvimento econômico e social local.

**Parágrafo único:** Nos casos em que a área demandante solicitar a dispensa da realização do procedimento eletrônico, deverá justificar essa solicitação nos Estudos Técnicos Preliminares, vinculando-se aos argumentos apresentados.

**Art. 5º** - Uma vez identificada complexidade no objeto da contratação, mesmo que se trate de aquisição/contratação de pequeno valor, deverá ser elaborado o ETP nos moldes do artigo 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

**Art. 6º** - A dispensa de manifestação jurídica prevista neste Regulamento não exclui a possibilidade de solicitação de análise e parecer jurídico em qualquer processo administrativo relacionado ao setor de contratos e licitações.

**Art. 7º** - Nos casos de dispensa da análise da Procuradoria Jurídica, cabe ao Setor de Contratos e Licitações verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste regulamento e na legislação aplicável, mediante emissão de Nota Técnica.

**Art.8º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília - DF, 02 de outubro de 2024.

**Karina Aparecida Figueiredo**  
Conselheira Presidente  
CRESS da 8ª Região - DF



Assinatura eletrônica 4/4  
Data e horário em GMT -03:00 Brasília  
Última atualização em 02 de outubro de 2024 às 18:52  
IP de acesso de criação desta página: 186.193.6.29

---

## Página de assinaturas eletrônicas

**Doc:** Portaria nº. 51 de 02 de outubro de 2024 .pdf

---

### Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **KARINA APARECIDA FIGUEIREDO, Presidenta, Diretoria, IP de acesso 186.193.6.29**, em 02/10/2024, às 18:52:15, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

---